



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 10 de agosto de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Plano Brasil Maior	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Produção	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Smartphones	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
ZFM	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Norte, Nordeste e Centro Oeste garantem apoio à Zona Franca	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Follow - Up	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
AVISO DE LICITAÇÃO	9
PUBLICAÇÕES LEGAIS	
A CRITICA	
Sim & Não	10
OPINIÃO	
A CRITICA	
Junho negativo na indústria	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
Questões conjunturais	12
ECONOMIA	
A CRITICA	
Comércio com a China	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro	14
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Produção industrial do Amazonas tem 2º pior desempenho em junho	15
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Carta	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Com queda nas ações, empresas têm valor menor que patrimônio	17
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Fiat implanta polo automotivo em PE com aporte de R\$ 4 bi	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Cleber Oliveira	19
CIDADES	

DEZ MINUTOS	
Puderney Avelino	20
OPINIÃO	
DEZ MINUTOS	
Indústria tem o 2º pior desempenho do País	21
ECONOMIA	

CAPA

Governadores defendem excepcionalidade da ZFM

Os governadores dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste se reuniram ontem em Brasília para aprofundar as discussões a respeito da reforma tributária em tramitação no Congresso. Um dos pleitos apresentados, para que sejam debatidos dentro da proposta, tem o intuito de adotar uma “política de desenvolvimento com tributos federais para que as empresas instaladas em localidades menos desenvolvidas”. Representantes de 20 Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo o governador Omar Aziz e mais 10 governadores, assinaram ontem a Carta de Brasília, um conjunto de reivindicações que serão encaminhadas ao governo federal, que, entre outras medidas, defende a excepcionalidade da ZFM (Zona Franca de Manaus) em relação a seu regime de tributação diante da Reforma Tributária. Além disso, no caso do Amazonas, a principal preocupação é com a tributação do ICMS no destino e não mais na origem. O documento será encaminhado ao governo federal e ao Congresso.

Frente & Perfil

Rotta acusa Serafim de antecipar campanha

Fiel escudeiro do senador Eduardo Braga, líder estadual do seu partido, o deputado Marcos Rotta (PMDB) não gostou do posicionamento do deputado de oposição Marcelo Ramos (PSB) que criticou a fraca atuação do senador na questão das MPs 517 e 534, que prejudicam a ZFM. Ontem da tribuna Rotta acusou o ex-prefeito Serafim Corrêa (PSB) de ser o mentor das informações. “Isso é claro, e é inegável que o ex-prefeito está tentando antecipar o processo eleitoral. E mais, tenta macular a imagem de quem hoje desponta como o virtual prefeito eleito de Manaus”, comentou Rotta.

Plano Brasil Maior

Raimundo Lopes Filho

Foi editada no último dia 02 de agosto a Medida Provisória (MP) Nº 540/2011, que instituiu o Plano Brasil Maior envolvendo medidas como o estímulo à inovação tecnológica, redução de custos para a exportação de produtos brasileiros, desonerações tributárias e incentivo à indústria por meio de um programa de compras governamentais.

Foram beneficiadas com as novas medidas as empresas exportadoras

que poderão reintegrar os valores referentes a custos tributários residuais existentes nas suas cadeias de produção, calculado mediante a aplicação de percentual, variando entre zero e 3%, a ser estabelecido pelo Poder Executivo sobre a receita decorrente da exportação de bens produzidos pela pessoa jurídica

Da mesma forma, foram contemplados com a redução da incidência das contribuições previdenci-

árias até 31/12/2012, de 20% do valor da folha de pagamento para 1,5% da receita bruta, os fabricantes de produtos têxteis, calçados, móveis e programas para computadores (software). Além disso, as empresas produtoras de produtos têxteis, calçados e móveis terão outro ganho de competitividade em relação aos concorrentes importados com a elevação de 7,6% para 9,1% a COFINS incidente sobre as importações desses bens.

A indústria automotiva, por sua vez, recebeu in-

centivo fiscal na redução do IPI, com o objetivo de estimular a competitividade, a agregação de conteúdo nacional, o investimento, a inovação tecnológica e a produção local.

Fora do contexto do citado diploma legal, em atenção ao pleito das entidades de classe locais e o apoio dos parlamentares amazonenses, foi estabelecida a área máxima de 600 cm² para a tela do Tablet PC, corrigindo a distorção criada pela MP 514 que, em tese, liberava o limite superior da superfície do "display"

desse dispositivo.

A MP 540 altera, ainda, a MP Nº 2.199-14/2001, que estabeleceu o incentivo fiscal do IRPJ concedido aos empreendimentos estabelecidos nas regiões Norte e Nordeste do País. Com a nova regulamentação as empresas fabricantes das máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com pro-

jetos aprovados pela SUDAM e SUDENE, serão isentas do IRPJ, calculados com base no lucro da exploração, por um período de dez anos.

Essa medida impacta positivamente na fabricação dos produtos mencionados na ZFM que, até então, podiam usufruir apenas da redução de 75% do IRPJ e, agora, poderão ser beneficiados com a isenção total desse tributo.

RAIMUNDO LOPES FILHO é diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda - projec@argo.com.br

Produção

Indústria amazonense recua 3,7%

Puxado pelo segmento de refino de óleo diesel, Estado teve o 2º pior índice do país, segundo o IBGE

POR JULIANA GERALDO

Depois do bom desempenho alcançado nos últimos dois meses (crescimento de 5,8% em abril e 3,9% em maio), o Amazonas voltou a amargar queda na produção industrial em junho. O Estado teve o segundo índice mais baixo na comparação com o mês imediatamente anterior (-3,7%), perdendo apenas para o Rio de Janeiro (-4,5%), e obtendo o crescimento menos expressivo do semestre entre as Unidades da Federação (+0,3%).

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostraram que o percentual também foi negativo na comparação com junho de 2010 (-0,2%). De acordo com o levantamento, o índice foi puxado principalmente pela atividades de refino de petróleo e álcool (-20,1%). A segunda pior performance foi atribuída à produção de alimentos e bebidas (-15,3%).

"Acredito que esses resultados negativos se deram pela retração do mercado interno em função da alta de juros e da valorização do real, que juntos alavancaram as importações, derrubando inclusive os preços dos eletroeletrônicos, bens de informática e outros produtos", avaliou o membro do conselho fiscal do Sindicato das Indústrias de Relojoaria e Ouriversaria de Manaus e ex-presidente do Cieciam

(Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), Maurício Loureiro.

O dirigente afirmou que a desvalorização do dólar frente ao real não foi um problema em 2010. "O que motivou o crescimento industrial da ZFM na mesma época, no ano passado, foi justamente a ascensão da classe C a um maior nível de consumo", explicou.

De acordo com o economista, consultor empresarial e professor da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), Francisco de Assis Mourão, a situação ainda é relativamente tranquila, porque o mercado interno continua absorvendo a produção nacional e os importados.

"Mas, estamos vivendo o que chamamos na economia de ponto de infla-

xão, que nada mais é do que uma situação que pede mudança de rumo imediata. Se não forem tomadas medidas realmente eficazes em relação à taxa cambial, aí sim a situação vai piorar", alertou.

Óleo diesel

Como o Amazonas não produz álcool, a redução na produção de óleo diesel pode ser apontada como o principal fator da desaceleração este mês. Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), confirmam que a produção de óleo diesel na Reman (Refinaria de Manaus) recuou 22,7% em junho desse ano frente a produção de junho de 2010. Dessa forma, o nível de manufatura,

que em junho passado era de 468,58 metros cúbicos passou para 361,39 metros cúbicos nesse mês.

Em contrapartida, segundo dados do Mdic

(Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a importação de óleo diesel saltou de 75,6 mil toneladas (em junho de 2010) para 104,68 mil toneladas (em junho de 2011). Em cifras, o incremento foi de 85,14%, com US\$ 97,83 milhões (2011) contra US\$ 52,84 milhões (2010).

"O Brasil refina seu petróleo em pouca quantidade em relação à demanda. Além disso, com o dólar em baixa, há estímulos à importação do produto refinado, tais como gasolina e o próprio diesel de qualidade melhor do que o refinado por nós no Brasil", justificou Maurício Loureiro.

Até o fechamento desta edição, a Reman (Refinaria de Manaus) não havia enviado resposta solicitada pela reportagem do *Jornal do Commercio*.

Dados

Queda em nove regiões

✓ A produção industrial recuou em nove das 14 regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE em junho, representando queda de 1,6% no total do país. As maiores retrações ocorreram no Rio de Janeiro (-4,5%), no Amazonas (-3,7%) e no Ceará (-2,9%).

✓ Já no fechamento do primeiro semestre, a expansão é de 1,7% da atividade industrial em nível nacional, conforme o levantamento.

✓ No acumulado dos últimos 12 meses, o país apresentou crescimento de 3,7%.

Segmentos tradicionais têm resultado melhor

A produção de relógios e aparelhos de ar condicionado cresceu 65,4% e 49,6% respectivamente. As motos também apresentaram boa produção, com aumento de 12,4%.

Para Loureiro, o crescimento da renda do brasileiro tem contribuído de maneira satisfatória para que os produtos assinalados passem da

Maurício Loureiro avalia que o PIM deve fechar o ano com resultado positivo, embora com crescimento não superior a 1,7%

categoria de "sonho de consumo" para realidade. "Tais produtos continuarão sua trajetória de crescimento gerando empregos, renda, impostos e desenvolvimento", garantiu.

O dirigente disse ainda, que apesar do desempenho não satisfatório, o PIM terá um final de ano positivo, com crescimento não superior a 1,7%. "Porém bastante morno comparativamente ao que foi o mesmo período do ano de 2010", finalizou.

Smartphones

ZTE planeja crescer nas vendas

A 2ª maior fabricante de equipamentos e estima que irá superar meta de 80 mi de aparelhos

A chinesa ZTE está de olho na Apple e na Samsung Electronics, planejando uma rápida expansão no mercado norte-americano de smartphones.

A empresa é a segunda maior fabricante de equipamentos de telecomunicação na China e estima que irá superar a meta de vender 80 milhões de aparelhos móveis em 2011. O plano da companhia é fazer dos Estados Unidos seu maior mercado em três a cinco anos, afirmou o executivo.

"O sucesso nos Estados Unidos é prova requerida para alegar sucesso mundial," disse He Shiyou, vice-presidente executivo da ZTE e diretor da divisão de terminais do grupo.

"Se a pessoa quer se tornar um astro do cinema mundial, precisa ir para Hollywood. Não existe astro de cinema que tenha

fama mundial e não seja conhecido em Hollywood," disse He.

Com os smartphones respondendo hoje por mais de 50% das vendas de celulares na maior economia mundial, devem surgir novas oportunidades para empresas que estão chegando tarde ao mercado, como a ZTE.

Os EUA responderam por 10% das vendas de celulares da ZTE em 2010, atrás da Europa, com entre 15% e 20%, e da China, com 35 por cento. A ZTE espera acelerar seu crescimento no mercado norte-americano por meio de parcerias com T-Mobile, AT&T e Sprint.

"Creio que dois ou até mesmo um ano atrás isso era algo que seria impossível realizar," disse Alvin Kwock, analista do JPMorgan em Hong Kong.

A ZTE, como a Huawei, sua rival chinesa de maior porte, quer basear seu cres-

cimento nos produtos ao consumidor.

"Agora acredito que o jogo venha a favorecer os celulares inteligentes de preço mais baixo," disse Zona Chen, analista da Samsung Securities. "Eu diria que a concorrência é bastante saudável e estou certo de que, seja a Huawei, seja a ZTE, eles terão

oportunidade de conquistar mercado diante dos rivais de maior porte".

No primeiro trimestre, a ZTE era a sexta maior fabricante mundial de celulares em termos de volume, atrás de Nokia, Samsung Electronics, LG Electronics, Apple e Research In Motion, de acordo com o grupo de pesquisa Gartner.

ZFM

Aliados podem se tornar concorrentes, avaliam lideranças

Perigo é que a concessão de vantagens a Estados vizinhos prejudique o Estado, pondera indústria metalúrgica

POR LUANA GOMES

Depois das 'vitórias' em relação à MP (Medida Provisória) dos Tablets, com alterações que já foram julgadas como positivas para a ZFM (Zona Franca de Manaus), os representantes do Amazonas voltam 'seus olhos' para a proposta da Reforma Tributária, que ainda mantém o PIM (Polo Industrial de Manaus) na 'linha de tiro'.

Ontem, os governadores dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste se reuniram para perpetuar as discussões a respeito do assunto. Um dos pleitos apresentados, para que sejam debatidos dentro da proposta, tem o intuito de adotar uma "política de desenvolvimento com tributos federais para que as empresas instaladas em localidades menos desenvolvidas sejam incentivadas com alíquotas reduzidas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), IR (Imposto de Renda), PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)".

Em junho, os governadores da Amazônia Legal já haviam se reunido para encontrar um ponto conciliatório que defendesse seus interesses regionais. Contudo, as alianças de hoje podem ser os conflitos de amanhã.

Apesar dos segmentos tradicionais da indústria amazonense divergirem dos de suas regiões vizinhas, as alíquotas redu-

zidas podem contribuir para que as mesmas virem concorrentes em potencial, ainda mais com suas rodovias, que permitem a ligação com o mercado consumidor.

O presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Félix, lembra que as uniões envolvem interesses, os quais podem mudar futuramente. Sendo assim, ele argumenta que, se as vantagens forem as mesmas, existe um grau maior de serem prejudiciais a ZFM, por conta das suas dificuldades logísticas em comparação aos seus 'associados'. "Tudo na vida é mutável. Por isso, tem que ser pensado bem", ponderou.

Contudo, o assessor econômico da Fieam (Federação da Indústria do Amazonas), Gilmar Freitas, pondera que os Estados do Norte e Nordeste têm

toda a possibilidade de se unirem, pois os 'defensores' somente nortistas são poucos frente aos do Sul e Sudeste. Além disso, ele ressalta que as propostas não devem conter as mesmas medidas para todas as regiões, já que cada Estado tem desafios diferenciados. "Não seria interessante contar com os mesmos recursos", declarou.

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) e do Sinaees/AM (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus), Wilson Périco, salienta que, se a Constituição for respeitada, "não é necessário se preocupar com o restante".

Por sinal, um dos pontos articulados na reunião de junho foi a respeito da manutenção das vantagens comparativas da ZFM, sejam quais forem as mudanças no âmbito tributário.

Por dentro

Nem tão aliados assim...

A respeito de outras medidas, as vantagens dos 'aliados' do Amazonas já causam desconforto a alguns parlamentares do Estado. Em declaração anterior, o deputado Marcelo Ramos (PSB) comentou que a nova política industrial prejudica a ZFM com a ampliação da isenção de 75% para 100% do IR para incentivar a produção de tablets nas áreas da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

De acordo com ele, isto influencia apenas as empresas a investirem nos estados do Nordeste, "como a Samsung, que produz tablets na Bahia e dificilmente mudaria para Manaus depois de estar instalada, com as devidas facilidades, em território baiano".

Norte, Nordeste e Centro Oeste garantem apoio à Zona Franca

Representantes de 20 Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo 11 governadores, assinaram ontem a Carta de Brasília, um conjunto de reivindicações que será encaminhado ao governo federal. Entre outras medidas, o documento defende a excepcionalidade da ZFM (Zona Franca de Manaus) em relação a seu regime de tributação diante da Reforma Tributária.

A carta será encaminhada ao governo federal e ao Congresso. É também resultado de outras duas reuniões realizadas com governadores do Nordeste e Centro Oeste. Entre as principais reivindicações está a cobrança de garantias de que os Estados não sofrerão perda de arrecadação com as mudanças na tributação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).

No caso do Amazonas, a principal preocupação

é com a tributação desse imposto no destino e não mais na origem. "Se for mantida a alíquota de hoje com a excepcionalidade da ZFM, nós mantemos a competitividade", declarou o governador do Amazonas, Omar Aziz.

Outros pontos defendidos na Carta de Brasília são convalidação dos benefícios da Lei Kandir – considerados ilegais pelo Supremo Tribunal Federal; mudança na indexação das dívidas dos Estados – que passariam a ser corrigidas pelo IPCA, no lugar do IGP-DI–; mudança no quórum do Conselho Nacional de Política Fazendária – que passaria da totalidade para três quintos dos participantes– e distribuição dos royalties do pré-sal entre todas as unidades federativas.

Mobilidade Urbana

Ainda em Brasília, Omar

reuniu-se com a ministra do Planejamento, Mirian Belchior, e equipe da Secretaria de Relações Institucionais e Casa Civil, do governo federal, de quem obteve a garantia de apoio para o programa de Mobilidade Urbana a ser implantado em Manaus e parte da Região Metropolitana. O projeto prevê 282,5 quilômetros de intervenções viárias e um novo sistema de transporte coletivo integrado, que inclui a implantação do monotrilho, no sentido Norte/Centro e o BRT (Bus Rapid Transit) Leste/Centro, com investimentos previstos em R\$ 3 bilhões.

Omar Aziz pediu apoio financeiro ao projeto. Somente para o monotrilho, o governo precisa de cerca de R\$ 800 milhões, uma vez que outros R\$ 600 milhões serão financiados pela Caixa Econômica Federal, dentro do programa de Mobilidade para a Copa do Mundo.

Follow - Up



Follow-Up

EMPRESARIAL

Classe média e educação

Com a adesão de 40 milhões de pessoas na última década, a classe média tornou-se majoritária no Brasil, englobando 52% da população. Mas o anseio do grupo por novas chances de ascensão pode ser bloqueado pelo abismo educacional que o separa da classe mais alta, de acordo com pesquisa da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência). Com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, de 2009, o estudo revela que, embora os índices educacionais da classe média tenham avançado, seguem distante dos da classe alta. Enquanto 87% dos mais ricos concluem o ensino médio, só 59% da classe média alcança esse patamar. O grupo fica atrás quanto a anos de estudo e a gastos com educação. Enquanto cada integrante da classe média despense R\$ 52 por mês com educação, entre os mais ricos, o gasto chega a R\$ 220.

Denominada de "A Classe Média em Números", o estudo traça os perfis das três faixas de renda (baixa, média e alta), conforme critérios educacionais, habitacionais e regionais, e define como classe média os que têm renda familiar mensal entre R\$ 1.000 e R\$ 4.000. Segunda faixa mais numerosa, a classe baixa representa 34% da população; já a classe alta – a mais rica – engloba 12% dos brasileiros. Para o secretário da SAE, Ricardo Paes de Barros, "o acesso à educação é a grande diferença entre as classes média e alta". Para ele, o estudo mostra que a classe média está dando crescente valor à educação: o grupo vem investindo quantias cada vez maiores com sua formação escolar.

Cerca de 5% dos integrantes da classe média têm 15 anos de estudo ou mais; na classe alta são 36%. Para reduzir a distância que a separa da classe alta, Paes de Barros diz ser necessário dar maior ênfase à qualidade do ensino médio público e ampliar o acesso da classe média às universidades e ao ensino técnico. O acesso à cultura também é uma grande barreira que divide os dois grupos: enquanto cada integrante da classe

média gasta R\$ 37 por mês com recreação e cultura, os mais ricos gastam R\$ 127, três vezes mais. Nesse caso, o secretário afirma que a classe média tem a desvantagem de crescer mais em cidades médias e pequenas, onde a oferta de bens culturais é menor.

A pesquisa revela ainda as disparidades entre os

lares mais ricos. Há também diferenças significativas no acesso a saneamento adequado (76% na classe média e 92% na alta) e em gastos com saúde (R\$ 135 por mês por pessoa na classe média e R\$ 438 na alta).

Aniversário

Uma semana após a FIEAM ter feito 51 anos, o Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM completa hoje 32 anos de existência. Fundado em 10 de agosto de 1979, o órgão, sob a presidência do empresário Wilson Périco, irá recepcionar seus associados e amigos em sua 69ª Reunião Ordinária, quando se discutirá ampla gama de temas, será seguida de um coquetel em sua sede localizada na Rua Acre nº 26, às 17h desta tarde. A entidade, graças à competência e agilidade de suas ações, tem uma extensa folha de serviços prestados à classe empresarial, à ZFM e ao Estado do Amazonas. Vale lembrar, nesta oportunidade, que o CIEAM, entre outras iniciativas, mantém a coluna Follow-up Empre-

serial, publicada, desde o dia 16.05.2003 – portanto, há oito anos –, às quartas, quintas e sextas-feiras na página 5 do Jornal do Comércio.

Tendências demográficas

Envelhecimento e urbanização são as tendências demográficas mais importantes do século 21. A população urbana, que já corresponde à metade da humanidade, dobrará até o ano 2050, de acordo com a ONU. Por outro lado, se hoje existem cerca de 600 milhões de pessoas com mais de 60 anos, em 2050 a população nessa faixa etária será de quase 2 bilhões. A consequência disso é que a sociedade precisa repensar o lugar dos idosos nas cidades, como resolver os problemas econômicos do envelhecimento e como implantar nova cultura do envelhecimento. Essas são as principais conclusões dos especialistas que participaram recentemente em São Paulo, da mesa-redonda "Aspectos urbanos e habitacionais em uma sociedade que envelhece".

O anseio do grupo por novas chances de ascensão pode ser bloqueado pelo abismo educacional que o separa da classe mais alta

grupos quanto ao acesso a bens e serviços. Apenas 30% da classe média tem acesso à internet em suas casas, índice bem inferior ao da classe alta (72%). O telefone fixo está presente em 48% dos domicílios de classe média e em 81% dos

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

AVISO DE LICITAÇÃO



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Pregão Eletrônico nº 20/2011

A Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2011, que tem por objeto a Aquisição de materiais permanentes, destinados a atender as necessidades das Unidades Administrativas e Descentralizadas da SUFRAMA, tudo conforme descrito no Edital e seus anexos, com abertura das propostas prevista para o dia 23/08/2011, às 10h (hora Brasília), no sítio www.comprasnet.gov.br, na forma do Decreto Nº 5.450/2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico.

O Edital e seus respectivos anexos estarão à disposição dos interessados no sítio www.comprasnet.gov.br a partir do dia 10/08/2011. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (92) 3321-7225, 3321-7226 ou 3321-7000 ramais 7225 ou 7226.

Manaus, 09 de agosto de 2011
EDJANE PINTO DOS SANTOS
Pregoeira

Sim & Não

Bancada não se reúne há 81 dias

A bancada federal do AM não esconde mais a insatisfação com a atuação do senador Eduardo Braga (PMDB) como coordenador do grupo. Os deputados contam nos dedos que a última reunião convocada pelo senador ocorreu há 81 dias. Ontem, o deputado Francisco Praciano (PT) quebrou a resignação ao assunto e criticou Braga sobre os debates da MP dos Tablets: "A bancada não está unida porque não há reunião, não há troca de experiência. Ele pode agir só, mas nesse assunto não há herói, há articulação".

Surpresa Procurado sobre a reclamação de Francisco Praciano, o senador Eduardo Braga disse, por meio de sua assessoria, que ficou surpreso com o colega e acrescentou que está fazendo o trabalho dele e que, às vezes, não dá para levar a bancada junto.

Queixas Os próprios aliados de Braga não o poupam. Dois deles, abordados sobre o assunto, lembram que a última reunião convocada para tratar da ZFM ocorreu no dia 25 maio mas observam: foi uma convocação feita pelo governador Omar Aziz (PSD).

Lenha A queixa da bancada coloca mais lenha na fogueira que os adversários de Braga acenderam contra ele esta semana. Na ALE, ontem, o

deputado Marcelo Ramos (PSB) disse que Braga anda festejando vitórias inglórias.

Junho negativo na indústria

CINTHIA GUIMARÃES
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A produção industrial do Amazonas apresentou um dos piores desempenhos dentre as 14 regiões industriais brasileiras no mês de junho, se comparado a igual período do ano passado, com queda de 3,17%, puxada por cinco das onze atividades industriais pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As atividades que mais contribuíram para a queda foram refino de petróleo e álcool que apresentou -20,1%; seguido por alimentos e bebidas com -15,3%.

"Com estoque elevado em junho, o setor de combustível não produziu a quantidade esperada. Em 2010, o nosso crescimento industrial foi de 16%. Se fosse maior, seria necessário crescermos acima de 16%", explicou o superintendente de Disseminação de Informações do IBGE, Adjalma Jaques.

Por outro lado, equipamentos de instrumentação (relógios) e máquinas e equipamentos (ar condicionados) cresceram 65,4% e 49,6% respectivamente. Outros equipamentos de transporte (motocicletas) alcançaram 12,4%.

Quatro regiões brasileiras estão com desempenho negativo no acumulado do ano. Dentre as dez positivas, o Amazonas está em último, com um tímido crescimento de 0,3% nos seis primeiros meses de 2011. Com isso, perde força o desempenho dos últimos doze meses que, em junho, alcançou 3,4%, abaixo da média nacional de 3,7%.

Bom e mau

Segundo a Fieam, com a queda sistemática do dólar, as importações ficam mais baratas, o que favorece as importações de produtos acabados. Entretanto, a queda do dólar barateia também a importação de componentes.

Para os dirigentes da indústria local, ainda não é hora de se preocupar. O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas, Wilson Périgo, adiantou que no terceiro trimestre do ano o desempenho da economia é ainda mais "fraco". "Porque não existem datas comemorativas e festivas. Voltaremos a aquecer a partir de setembro", informou.

O assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Gilmar Freitas, informou que as medidas de contenção da inflação adotadas pelo Governo, de certa forma, inibiram um pouco o consumo nacional em maio e junho, principalmente, tendo em vista que o crescimento da demanda vinha pressionando a meta inflacionária.

Segundo Gilmar Freitas, os reflexos desta baixa na produção são pequenos, mas podem se agravar se o mercado consumidor nacional desaquecer em relação aos produtos nacionais, dando preferência aos importados. "É preciso adotar medidas que aumentem a competitividade da produção do PIM", alertou;

Avanço em nove regiões pesquisadas

Na comparação com junho de 2010, nove dos 14 locais pesquisados apresentaram avanço na produção, com destaque para o crescimento de dois dígitos de Goiás (26,1%), especialmente influenciado pelos avanços nos setores de produtos químicos e de alimentos e bebidas. Acima da média nacional (0,9%) figuraram também Espírito Santo (8,0%), Bahia (6,1%), Pará (4,5%), São Paulo (1,9%), Paraná e Pernambuco (ambos com 1,6%) e Minas Gerais (1,3%).

A expansão da atividade industrial em nível nacional nos primeiros seis meses de 2011 (1,7%) alcançou nove dos 14 locais pesquisados, com destaque para Espírito Santo (12,4%), único com crescimento de dois dígitos, seguindo de Goiás (3,6%), São Paulo (2,5%), Minas Gerais (2,3%), Rio de Janeiro (2,2%) e Rio Grande do Sul (2,1%). No desempenho positivo destes locais observa-se a maior presença de segmentos articulados à produção de bens de capital (transporte e construção) e de bens de consumo duráveis (automóveis e celulares), além dos avanços nos setores extrativos (minérios de ferro), farmacêutico e de metalurgia básica.

Varição dos indicadores da Indústria (IBGE)

REGIÕES	JUN/MAI	JUN 11/JUN 10	JAN-JUN 2011	EM 12 MESES
Amazonas	-3,7%	-0,2%	0,3%	3,4%
Pará	-1,8%	4,5%	0,9%	5,4%
Região Nordeste	0,8%	-1,7%	-8,2%	-1%
Ceará	-2,9%	-14,6%	-10,7%	-4,1%
Pernambuco	5,8%	1,6%	-5,2%	0%
Bahia	5,6%	6,1%	-4,7%	-1,6%
Minas Gerais	-1,3%	1,3%	-2,8%	5,6%
Espírito Santo	-2,4%	8%	12,4%	12%
Rio de Janeiro	-4,9%	13,9%	2,7%	8,2%
São Paulo	-1,5%	1,9%	2,5%	4,1%
Paraná	3,1%	1,6%	1,6%	5,2%
Santa Catarina	-0,1%	-7,3%	-4,4%	-1,5%
Rio Grande do Sul	-1,4%	0,7%	2,1%	5,9%
Goiás	2,3%	26,1%	3,6%	8,6%
BRASTL	-1,6%	0,9%	1,7%	3,7%

Questões conjunturais

ZFM fora da 'carta de Brasília'

Para o governador do Amazonas, modelo estará na pauta durante discussões dos pontos estruturantes da reforma tributária

ANTÔNIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUCURSAL) - A reunião dos 20 governadores das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, realizada ontem na capital federal para discutir a reforma tributária, elegeu seis prioridades, mas a "Carta de Brasília" deixa de fora a Zona Franca de Manaus. Embora os mecanismos especiais, consagrados no regime tributário da ZFM tenham sido alvo do debate e acolhidos, por unanimidade, pelos governadores, vices-governadores e secretários de Fazenda das três regiões, segundo o governador Omar Aziz, o modelo do Amazonas foi excluído do documento porque a carta mirou as questões conjunturais.

"Como houve um questionamento por parte do Governo do

Pará, a respeito da autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para créditos do ICMS nos Estados, os participantes da reunião deixaram os pontos estruturais da reforma tributária para uma segunda etapa. Como os incentivos fiscais e toda legislação da Zona Franca de Manaus estão inseridos no aspecto estruturante tributário, ficou decidido que também esteja no segundo documento a ser emitido pelos governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste", explicou o secretário executivo da Fazenda do Amazonas, Thomaz Nogueira.

De acordo com Aziz, o debate foi importante porque trouxe a preocupação dos governadores com relação ao ICMS (origem e destino); a questão da dívida dos Estados - hoje pagando entre 17% e 18% de juros - e ainda a

distribuição dos royalties. O governador defende a que os lucros do pré-sal sejam divididos entre todas as unidades da federação. "O mais importante é o

convencimento dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para a manutenção das vantagens comparativas da ZFM e seus incentivos fiscais previs-

tos pela Constituição Federal", declarou Omar Aziz.

Entre as propostas conjunturais discutidas e acordadas na "Carta de Brasília" estão: alíquota do ICMS sobre o comércio eletrônico; convalidação dos benefícios da Lei Kandir - considerados ilegais pelo Supremo Tribunal Federal; mudança na indexação das dívidas dos Estados, que passariam a ser corrigidas pelo IPCA, e não mais pelo IGP; e mudança no quórum do Confaz, que passaria da totalidade para três quintos dos participantes.

Para o anfitrião do encontro, governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, a mudança no quórum do Confaz vai facilitar alterações no sistema tributário. "Vai permitir aumentar os investimentos em todos os Estados, beneficiando as regiões pouco desenvolvidas do País", avaliou.

Pontos



Alguns dos pontos acordados ontem

- ✘ Royalties do Pré-Sal - Pactuação imediata considerando o legítimo interesse da federação, em 2012.
- ✘ Lei Kandir - Ressarcimento de, no mínimo, 50% das perdas provocadas pela Lei Complementar nº 87/96.
- ✘ Quorum Sefaz - Proposta de alteração do quórum de 3/5 no Confaz.
- ✘ E-commerce não presencial - Modificação da tributação das operações interestaduais, destinadas ao consumidor final não contribuinte do ICMS igualando-as às operações entre contribuintes.
- ✘ Revisão da dívida - Adoção do IPCA como indexador em vez do IGP-DI.
- ✘ Equilíbrio financeiro - análise de projetos em tramitação no Congresso que aumentam as despesas e vinculações orçamentárias.

Comércio com a China

Brasil precisa ser mais agressivo, diz Qingyuan

"O Brasil não é agressivo na busca por mercado para seus produtos na China". Quem afirma é o cônsul comercial da China, Wang Qingyuan. Ele afirma que o mercado chinês está aberto para produtos brasileiros e da Amazônia, restando aos empre-

sários ter iniciativa para buscar seu lugar ao sol.

Para facilitar esse intercâmbio, a China Trade Center (CTC) promoveu, ontem, um seminário na sede da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) para divulgar a 110ª

Canton Fair, maior feira de importação e exportação do mundo.

Este ano, pela primeira vez, o evento contará com um pavilhão América Latina, onde o Brasil, por ter a economia mais forte dessa parte do continente deve ter a participação mais ex-

pressiva. A comitiva não está fechada, mas, pelo menos 45 empresários do Amazonas, com atuação em diversos segmentos, devem visitar a Canton Fair, que ocorre de 15 de outubro a 4 de novembro, no Centro de Comércio de Guangzhou.

Para o vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, a feira é uma grande oportunidade para começar a construir um comércio de mão dupla entre o Amazonas e a China. Atualmente, o Estado só compra, principalmente componentes eletrônicos.

Claro & Escuro

GOVERNADORES

Carta em apoio à ZFM

Onze governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste assinaram a Carta de Brasília, um conjunto de reivindicações ao governo federal que inclui a excepcionalidade da Zona Franca de Manaus e seu regime de tributação na reforma tributária.

Produção industrial do Amazonas tem 2º pior desempenho em junho

TEXTO Gisa Prazeres
FOTOS Eraldo Lopes

MANAUS

A produção industrial do Amazonas apresentou, em junho, na comparação com maio, o segundo pior desempenho dentre as 14 localidades pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recuo de 3,7% foi influenciado pela queda dos setores de refino de petróleo e álcool, alimentos e bebidas e o material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações. Em maio, houve crescimento de 7,6%

O pior resultado, nesse período, foi o do Estado do Rio de Janeiro com redução de

4,5%. A média da produção nacional também foi negativa, com queda de 1,6%.

Segundo o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, de junho a agosto a produção é "mais fraca", por acompanhar o desempenho do comércio, o qual não tem uma grande data no período.

"O Dia dos Pais não é tão forte quanto o Dia das Mães. O último trimestre do ano é mais forte para o setor industrial e os reflexos começam a ser notados ainda em setembro, quando inicia a produção para as vendas do fim de ano do comércio".

Na comparação de junho de 2011, com o mesmo mês em 2010, a produção indus-

OS NÚMEROS

INDÚSTRIA Em Junho (%)			
Queda em nove regiões pesquisadas			
REGIÃO	JUN-MAI11*	JUN11-JUN10	12 MESES
Amazonas	-3,7	-0,2	3,4
Pará	-1,8	4,5	5,4
Região Nordeste	0,5	-1,7	-1,0
Ceará	-2,9	-14,6	-4,1
Pernambuco	4,8	1,6	0,0
Bahia	5,6	6,1	-1,6
Minas Gerais	-1,3	1,3	5,6
Espírito Santo	-2,4	8,0	12,0
Rio de Janeiro	-4,5	-3,9	4,2
São Paulo	-1,5	1,9	4,1
Paraná	3,1	1,6	5,5
Santa Catarina	-0,1	-7,3	-1,5
Rio G. do Sul	-1,6	0,7	2,5
Goiás	2,3	26,1	8,6
Média Nacional	-1,6	0,9	3,7

(*) Com ajuste sazonal

FONTE | IBGE © GRAFFO

trial do Amazonas também teve desempenho negativo (-0,2%). As principais influências foram a queda dos setores de refino de petróleo e álcool (-20,18%), alimentos e bebidas (-15,31%) e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-8,05%).

"Em 2010, foi ano de Copa do Mundo, um ano atípico para a economia, pois em um período considerado fraco, as vendas e produção estavam aquecidas, principalmente nos setores de eletroeletrônicos e alimentos e bebidas", ressaltou Périco.

Conforme o presidente do Cieam, a expectativa para esse ano é que o setor industrial supere 2010 com um faturamento de mais de US\$ 40 bi-

lhões e geração de cerca de 123 mil empregos. "Os destaques serão os segmentos de duas rodas e eletroeletrônicos", declarou Périco.

O levantamento do IBGE mostra, ainda, que o setor de máquinas e equipamentos cresceu 49,6% e o de outros equipamentos de transporte no qual está inserido o polo de Duas Rodas, teve um aumento de 12,41%, o menor crescimento já registrado em nove meses.

Ainda segundo os dados do IBGE, na comparação do primeiro semestre de 2011 com o de 2010, a produção industrial teve crescimento de 0,3%. E no acumulado dos 12 últimos meses, o desempenho também foi positivo, com elevação de 3,4%.

Carta

Representantes de 20 Estados garantem apoio à Zona Franca de Manaus

A excepcionalidade da Zona Franca em relação ao seu regime de tributação diante da Reforma Tributária foi defendida na Carta de Brasília, que foi assinada ontem e que será encaminhada ao governo federal no Encontro de Governadores, por representantes de 20 Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ainda em Brasília, o governador Omar Aziz conseguiu apoio para o programa de Mobilidade Urbana, orçado em R\$ 3 bilhões.

Com queda nas ações, empresas têm valor menor que patrimônio

O pessimismo dos investidores nas últimas semanas, intensificado pelo rebaixamento da nota de crédito dos Estados Unidos na sexta-feira, fez o valor de mercado das empresas de capital aberto derreter.

Das 61 companhias negociadas no Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa), 22 estão com o preço abaixo do patrimônio líquido (ativos menos passivos), conforme dados da Economática, empresa de informação financeira.

A lista poderá subir ainda mais ao final da safra de balanços na semana que vem, já que algumas comparações foram feitas com base no patrimônio do primeiro trimestre, afirma o gerente de relacionamento institucional da Economática, Einar Rivero, responsável pelo levantamento. Um dos casos é o da Eletrobras, cujo valor de mercado onem correspondia

a 29,8% do patrimônio registrado no primeiro trimestre de 2011. É a pior relação entre as 22 empresas levantadas.

Fibria e Marfrig aparecem em seguida, com 41,7% e 49,5%, respectivamente. Segundo especialistas, essa relação pode ser um indicador importante para avaliar se as ações das empresas estão caras ou baratas. Ter o preço abaixo do patrimônio, significa que a ação está com um desconto grande, afirma a chefe da área de análise da Ativa Corretora, Luciana Leocádio. Em outras palavras, as empresas estão ficando baratas na bolsa. Isso não significa, entretanto, que o valor de mercado esteja refletindo os fundamentos econômicos das companhias. Em momentos de extrema volatilidade, como o dos últimos dias, afirma Luciana, cria-se muitas distorções no mercado, que antecipam possíveis prejuízos no futuro.

Fiat implanta polo automotivo em PE com aporte de R\$ 4 bi

A Fiat anunciou ontem a implantação de um polo automotivo em Goiana, município da zona da mata pernambucana, com investimentos de R\$ 4 bilhões.

O projeto é ambicioso: em uma área de 14 mil hectares, serão construídos a fábrica, que terá capacidade para a produção de 200 a 250 mil veículos por ano, parque de fornecedores, centro de capacitação e treinamento, centro de pesquisa e desenvolvimento, campo de provas e pista de testes.

A perspectiva, de acordo com o presidente do grupo Fiat/Chrysler para a América Latina, Cledorvino Belini, é de início das operações em março de 2014.

O projeto inicial previa investimentos de R\$ 3 bilhões e seria instalado no município metropolitano do Cabo de Santo Agostinho. A alteração do local veio acompanhada de ampliação de investimentos. O empreendimento deverá gerar 4,5 mil empregos.

Cleber Oliveira



Seu comentário
co.magalhaes@uol.com.br

Tombaram a hipocrisia

Com quase 30 quilômetros de extensão, a orla fluvial de Manaus tem de tudo. Palafitas, flutuantes, estaleiros, ancoradouros, portos, feiras, praias, hotéis, condomínios, avenidas. De legal mesmo, só a paisagem do Rio Negro e do Encontro das Águas que ainda pode ser contemplada da margem sem a necessidade de apresentar licença para se exibir.

E foi justamente ali, nesse espetacular cenário da Amazônia, que 'estudos' atestaram

a viabilidade de um porto. Bem ali, na orla a perder de vista, num dos mais belos e intrigantes fenômenos naturais do planeta, que será construído um porto. Exatamente ali, nessa imensidão de rio, onde águas de diferentes matizes e composição química não se misturam, um porto vai integrar o bellissimo ambiente. Como o estudo chegou à incontestável conclusão de que o melhor local é lá, não se sabe. Coisas do progresso a ferro e fogo.

Para proteger o patrimônio público, o Iphan tombou o Encontro. Para garantir o investimento privado, o governo do Estado conseguiu, na Justiça, 'destombar' o Encontro. Conforme o Iphan, a ação foi para proteger o valor histórico, cultural, estético, paleontológico, geológico e paisagístico. O governo alega que o público não foi ouvido sobre o destino de seu patrimônio natural. Em nota, o governo justifica não ser contrário ao tombamento, apenas não gostou do 'modo' como

Em nota, o governo justifica não ser contrário ao tombamento, apenas não gostou do 'modo' como foi feito.

foi feito. Então, tá. Ficamos combinados assim: toda vez que o governo for dar dinheiro público aos clubes de futebol do Amazonas e às ONGs de políticos aliados, convoca audiência para ouvir o contribuinte. Afinal, o cidadão que honra com seus impostos pode não ser contrário à doação de seu patrimônio financeiro para times de futebol e apaniguados, mas o 'modo' como isso é feito não demonstra muita preocupação com o dinheiro do público.

Em entrevista ao portal acritica.com, o juiz Dimis da Costa Braga, que acatou o descontentamento do governo, afirmou ser "totalmente a favor da integral proteção geográfica, geológica, hídrica e cultural do Encontro das

Tombamento de patrimônio público deveria ser feito no Conselho de Administração da Suframa (CAS).

Águas". Mas comenta que o Iphan já "causou danos a bens tombados e não foi capaz de protegê-los". Afinal, o que foi julgado: a conduta do Iphan ou a falta de audiências solicitadas pelo Iphan? Conforme Dimis, "o tombamento, como foi feito, não estabelece claramente se é possível um determinado empreendimento a ser realizado. Ele foi feito de uma maneira muito aberta".

Ok! Então ficamos acertados assim: daqui pra frente, todo tombamento de patrimônio público no Estado será definido no Conselho de Administração da Suframa (CAS). Afinal, proteger patrimônio público só depois que ficar muito bem definido o interesse privado.

Ora, se tombamento de patrimônio público visa proteger o público, é óbvio que isto está acima dos interesses privados. Até porque aí se inserem as demandas coletivas. O tombamento não prejudica as comunidades, porque este não tem o objetivo de selecionar empreendimentos privados. Estes sim, devem se submeter ao crivo da sociedade.

O governo exigiu prazo de 120 dias para se manifestar sobre os estudos de tombamento. O Iphan concedeu apenas 15. Novamente, vamos combinar: em vez de mobilizar a bancada governista na Assembleia Legislativa para aprovar projetos em regime de urgência urgentíssima sem obedecer aos trâmites regimentais do Legislativo, de modo a não dar chance para a oposição se manifestar, o governo passa a obedecer às regras do jogo democrático.

No fim das contas, o que vale mesmo é institucionalizar a hipocrisia. Todos têm argumentos 'lógicos', mas nenhum se sustenta nos fatos.

Puderney Avelino

ARTIGO

Mais 25 anos

é deputado federal pelo DEM



Em meio a tantas ameaças que a nossa Zona Franca tem sofrido em 2011, seja pela guerra fiscal proposta por outros estados, especialmente do Sul e Sudeste, seja por medidas do Governo Federal, temos uma vitória para comemorar: Semana passada a Comissão da Amazônia na Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei 962/11, de minha autoria, que prorroga até 31 de dezembro de 2038 o

prazo para que pessoas jurídicas protocolizem e aprovelem projetos para instalação, ampliação, modernização ou diversificação de empreendimentos nas áreas de atuação da Superintendência

do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a fim de terem direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

A lei só previa este investimento até 31 de dezembro 2013 e a prorrogação do prazo por mais 25 anos representa a peça chave para que possamos continuar trazendo e mantendo as empresas no PIM. Sem esse benefício, facilmente as

empresas migrariam para regiões mais desenvolvidas, perpetuando assim, o quadro de forte desigualdade entre os Estados do Norte e Nordeste em relação às demais regiões.

Além disso, o governador Omar Aziz tem se esforçado muito com a presidente Dilma Rousseff para que ela garanta os benefícios prometidos em campanha para a Zona Franca. É preciso lembrar que ainda somos muito dependentes

dos incentivos fiscais e precisamos urgentemente modernizar o modelo Zona Franca. É fundamental dar mais atenção ao empresário. O Governo de São Paulo fez o "dever de casa" e sabe que o em-

presário é quem faz o Estado arrecadar impostos, gerar riqueza e empregos e para isso, não mede esforços para conceder benefícios.

Aqui em Manaus precisamos olhar o empresário da mesma. É preciso ser humilde e admitir que ninguém consegue fazer nada sozinho. Portanto, vamos ouvir empresários para propor soluções que gerem empregos, renda e arrecadação de impostos ao nosso Estado.

É preciso lembrar que ainda somos muito dependentes dos incentivos fiscais

Indústria tem o 2º pior desempenho do País

GISAPRAZERES

contato@d24am.com

A produção industrial do Amazonas apresentou, em junho deste ano, na comparação com maio, o segundo pior desempenho entre as 14 localidades pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recuo de 3,7% foi influenciado pela queda dos setores de refino de petróleo e álcool, alimentos e bebidas.

O pior resultado, nesse período, foi do Rio de Janeiro, com redução de 4,5%. A média da produção nacional também foi negativa, com queda de 1,6%.

Segundo o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, de junho a agosto, a produção é 'mais fraca', por acompanhar o desempenho do comércio, que não tem uma grande data no período. "O último trimestre do ano é mais forte para o setor industrial e os reflexos começam a ser notados ainda em setembro, quando

inicia a produção para as vendas do fim de ano do comércio", disse.

Na comparação de junho de 2011, com o mesmo mês em 2010, a produção industrial do Amazonas também teve desempenho negativo (-0,2%). As principais influências foram a queda dos setores de refino de petróleo e álcool (-20,18%), alimentos e bebidas (-15,31%) e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-8,05%). "Em 2010, foi ano de Copa do Mundo, um ano atípico para a economia, pois em um período considerado fraco, as vendas e produção estavam

aquecidas, principalmente nos setores de eletroeletrônicos, alimentos e bebidas", ressaltou Périco.

Conforme o presidente do Cieam, a expectativa para este ano é que o setor industrial supere 2010 com um faturamento de mais de US\$ 40 bilhões e a geração de cerca de 123 mil empregos.

Ainda segundo os dados do IBGE, na comparação do primeiro semestre de 2011 com o de 2010, a produção industrial teve crescimento de 0,3%. E no acumulado dos 12 últimos meses, o desempenho também foi positivo, com elevação de 3,4%.